



**UFSM**

**Artigo Monográfico de Especialização**

**INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO  
ENSINO REGULAR**

**Valdeth Rodrigues Pereira Vale**

**Januária, MG, Brasil**

**2010**

**INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO  
ENSINO REGULAR**

**por**

**Valdeth Rodrigues Pereira Vale**

Artigo apresentado no Curso de Especialização em  
Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de  
Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal  
de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do  
grau de  
**Especialista em Educação Especial.**

Januária, MG, Brasil  
2010

Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Educação  
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e  
Educação de Surdos

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de  
Especialização

## **INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO ENSINO REGULAR**

elaborado por  
Valdeth Rodrigues Pereira Vale

Como requisito parcial para obtenção do grau de

***Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e  
Educação de Surdos***

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

(Presidente/Orientador)

---

  

---

Januária, MG, Brasil  
2010

## **RESUMO**

Artigo de Especialização  
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e  
Educação de Surdos  
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

### **Inclusão de pessoas com deficiência auditiva no ensino Regular**

AUTOR: Valdeh Rodrigues Pereira Vale

ORIENTADOR: Arlei Peripolli

O presente trabalho procura mostrar os preceitos, fundamentos e características essenciais da Educação Inclusiva, em especial a relação estabelecida atualmente na Escola Estadual Nossa Senhora de Fátima, em Januária, através da dinâmica entre os seus personagens, enfatizando o atendimento prestado aos alunos com deficiência auditiva. A educação inclusiva amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos.

Palavras Chaves: educação, aluno, inclusão, escola.

## **ABSTRACT**

Article Specialization

Specialization Course in Special Education - Cognitive Impairment and Deaf  
Education

Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brazil

### **Inclusion of people with hearing disabilities in regular education**

AUTHOR: Valdeth Rodrigues Pereira Vale

COACH: Arlei Peripolli

This paper tries to show the principles, rationale and essential features of Inclusive Education, in particular the relationship established today at Escola Estadual Nossa Senhora de Fátima in Januária, of the dynamics between the characters, emphasizing the care given to students with deafness and hearing impairment. Inclusive education increases the participation of all students in regular schools. This is a restructuring of culture, practice and policies experienced in schools so that they respond to the diversity of students.

## SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	6
2. CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO.....	7
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
3.1. <a href="#">A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL</a> .....	9
3.2. <a href="#">CONCEITO DE INTEGRAÇÃO X INCLUSÃO</a> .....	13
3.3. <a href="#">ESCOLAS INCLUSIVAS</a> .....	16
3.4. <a href="#">ESPECIFICIDADES DO ATENDIMENTO AO ALUNO SURDO</a> .....	20
3.5. LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS.....	23
3.6. <a href="#">RELATO DE EXPERIÊNCIA</a> .....	25
<a href="#">4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</a> .....	28
<a href="#">5. REFERÊNCIAS</a> .....	31
<a href="#">6. ANEXO</a> .....	32

## • APRESENTAÇÃO

O presente artigo monográfico versa sobre o tema “Inclusão de pessoas com deficiência auditiva no ensino regular” e tem por objetivo compreender o cotidiano de uma prática inclusiva na educação dos surdos na ótica de um professor, sua relação com alunos surdos e sua formação continuada. Espera-se também conhecer sobre as práticas escolares na ótica de um aluno com deficiência auditiva, seus obstáculos, superações. Outro objetivo é compreender o trabalho com Libras.

É comum ouvir entre os professores da rede regular de ensino, sobre o despreparo para lidar com deficiência auditiva. Acredita-se que um aluno com esta deficiência tem dificuldades de se comunicar, de apresentar suas idéias, dúvidas, de se relacionar com professores e colegas de classe. Devido a isso, os professores estão ou não sendo bem preparados para receber esses alunos? E esses alunos estão correspondendo às expectativas desses professores? A escola tem a função básica e universal que é a de garantir o direito ao saber.

A investigação do referido é importante, haja vista, que poderá ajudar a compreensão sobre o processo de aprendizagem e sobre as dificuldades que os alunos que possuem essa delimitação têm ao se ingressarem no ensino regular e possibilitará ainda uma análise das dificuldades que os professores encontram na comunicação com esses alunos.

A escola prepara o futuro e, de certo que, se as crianças aprenderem a valorizar e a conviver com as diferenças nas salas de aula, serão adultos bem diferentes de nós, que temos de nos empenhar para entender e viver a experiência da inclusão.

O trabalho compreende estruturalmente três etapas de estudo, iniciando-se com a apresentação do caminho da investigação, o qual aborda o tipo de pesquisa a ser realizada e os teóricos que subsidiarão os argumentos aqui apontados, em seguida apresenta o referencial teórico, onde será abordada a legislação sobre a inclusão, fazendo um resgate histórico sobre o tema e enfatizando a inclusão de pessoas com deficiência

auditiva e surdez. Nesta etapa também será exposto um relato de experiência de uma professora que atua na educação de alunos surdos em uma escola regular, o qual contribuirá para a etapa posterior, as considerações finais, onde serão confrontadas teoria e prática na educação de alunos surdos incluídos na rede regular de ensino.

- **CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO:**

A construção desse trabalho se deu diante de leituras bibliográficas de autores como: Maria Tereza Eglér Mantoan, Romeu Kazumi Sassaki, Rosita Edler Carvalho e Mirlene Damázio. A pesquisa bibliográfica é importante para que se reflita sobre quem já escreveu e o que já foi publicado sobre o assunto, sobre os aspectos já abordados e as lacunas existentes na literatura.

Fará parte do referencial teórico um breve histórico do processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais no Brasil, ao longo da história da humanidade onde as pessoas com deficiências eram mortas, sacrificadas, sofriam todas as formas de discriminação e preconceito, citando leis que ao longo deste período vem fundamentando o direito que todos têm à educação independentemente de suas condições físicas, sociais e cognitivas, buscando compreender todas as barreiras enfrentadas pelas pessoas especiais no âmbito educacional.

Foram abordados ainda os conceitos de integração e inclusão, buscando esclarecer as diferenças entre os dois, as mudanças de posturas e concepções que tais conceitos exigem.

Buscou-se compreender, ainda, a importância da educação inclusiva, tratando de forma clara as dificuldades pelas quais as escolas enfrentam tanto fisicamente quanto pedagogicamente na busca de um ensino de qualidade e significativo a todos, e principalmente aos alunos especiais.

Foi realizada ainda uma pesquisa de campo para confirmar ou contestar as teorias já observadas, em contato com uma professora de sala inclusiva, através de seu relato de experiência e observação na Escola



Estadual Nossa Senhora de Fátima, em Januária, onde foi feita um roteiro de observações estruturadas e ainda em conversas informais com o aluno atendido por essa profissional, visando compreender sua percepção acerca do atendimento que lhe é oferecido na escola.

A Escola Nossa Senhora de Fátima, possui alunos com necessidades especiais incluídos nas salas regulares. A pesquisa então foi realizada objetivando a coleta de dados que se deu por meio do contato direto com a professora e sua turma, o meio utilizado para isso foi através da reunião de informações subtraídas do relato de experiência confeccionado pela docente e pela análise dos diálogos informais com o aluno surdo atendido por ela.

A utilização da metodologia mencionada foi direcionada para que se obtivesse uma maior compreensão das dificuldades encontradas pelos profissionais no processo de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais nas salas de aulas de escolas regulares dos anos iniciais do ensino fundamental, em especial dos alunos com surdez.

### **3. REFERENCIAL TEÓRICO:**

#### **3.1 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL**

Para que se possa compreender o processo de inclusão social no Brasil, é preciso reportar-se ao processo anterior, marcado pela exclusão.

A história da exclusão educacional tem origens bastante remotas. Historicamente pessoas com necessidades educacionais especiais eram consideradas doentes, incapazes de aprender, de se desenvolver e, especialmente de conviver em sociedade. As situações sociais sempre lhes proporcionaram desvantagens no que se referem às interações sociais, sendo atendida sempre em espaços de caridade, de filantropia e de assistência social, isto quando lhes era dada a oportunidade de serem atendidos neste espaço. Sabe-se de muitos casos de famílias que escondiam os filhos deficientes da sociedade, uma vez que a deficiência era motivo de vergonha, devido muitas vezes à alusão que se fizeram sobre as deficiências ser uma reposta divina a pecados absurdos cometidos pelos pais.

Mantoan aborda a importância dos movimentos mundiais, que vem legalizando cada vez mais a inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular, tornando esse direito subjetivo. No Brasil, as primeiras informações sobre a atenção as pessoas com necessidades especiais se deu nos anos de 1854 com Dom Pedro II que fundou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro, porém não havia uma preocupação com a aprendizagem.

Em 1948 foi assinada Declaração dos Direitos Humanos, que garante o direito de todas as pessoas à Educação.

Em 1954 foi fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Surge então o ensino especial como opção à escola regular, destinada a “promover o bem estar dos excepcionais”.

Em 1961 foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que garante o direito da criança com deficiência à Educação, de preferência na escola regular.

Em 1971 houve um retrocesso no acesso dos deficientes na escola regular, que se deu a partir da Lei nº 5.692 que determina tratamento especial para crianças com deficiência, o que acaba reforçando as escolas especiais. Em 1973 foi criado o Centro Nacional de Educação Especial, a perspectiva é integrar os que acompanham o ritmo. Os demais vão para a Educação Especial.

Em 1988 a Constituição Federal estabelece a igualdade no acesso a escola. Sendo que ao Estado cabe oferecer o atendimento educacional especializado, de preferência na rede regular, sendo assim a Constituição vem reforçar o direito subjetivo das pessoas com necessidades educativas especiais estarem freqüentando a escola regular, toda escola assim reconhecida pelos órgãos oficiais, devem atender aos princípios constitucionais, não podendo excluir nenhuma pessoas em razão de sua origem, raça, cor, idade, deficiência ou ausência dela.

Em 1989 foi aprovada a Lei nº 7.853, que estabelece o preconceito como crime, porém esta veio a ser regulamentada após dez anos depois, em 1999.

Em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente responsabiliza os pais/responsáveis a obrigação de matricular os filhos na rede regular de ensino.

A educação de crianças com deficiências na escola comum ganhou força com o movimento nacional em defesa dos direitos das pessoas com necessidades especiais, tendo como horizonte a Declaração dos Direitos Humanos que produziu a Declaração de Salamanca, em 1994, esta é adotada pelo Brasil, que define políticas, princípios e prática da Educação Especial e influi nas políticas públicas da Educação.

A Política Nacional de Educação Especial condiciona o acesso ao ensino regular aqueles que possuem condições de acompanhar os alunos ditos normais e estabelece que todos devem ter acesso à Educação, estabelecendo a passagem de um modelo educacional segregado para integração de pessoas com deficiência na escola, no trabalho e na comunidade, tendo em vista a igualdade de justiça social. Segundo proclama a Declaração de Salamanca (1994, p.5):

“Escolas inclusivas devem conhecer e responder as necessidades diversa de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parcerias com as comunidades. (...) O desafio que confronta a escola inclusiva e no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem-sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuem desvantagens severas.”

Compreendendo assim que Escola Inclusiva é aquela que apresenta um ensino de qualidade para todos, que busca meios de intervir considerando a diversidade de níveis de aprendizagem dos alunos, que utiliza metodologias ativa, cooperativas, que observa, analisa e interpreta as respostas dos alunos, que adote propostas pedagógicas, enfim que seja de fato especializada e comprometida com todos aqueles que participam do processo ensino-aprendizagem.

Em 1996 a LDB 9394/96, inspirada pelos princípios da sociedade inclusiva vem formalizar as obrigações do Estado determinadas pela Constituição Federal, esta nova lei atribui às redes de ensino o dever de assegurar o currículo, métodos, recursos e organização para atender as necessidades dos alunos.

Em 1999 foi criada a Coordenadoria Nacional para a integração da Pessoa Portadora de Deficiência que adota princípios que visam o desenvolvimento de ações conjuntas do Estado e da Sociedade Civil, que assegure a integração da pessoa com deficiência no contexto socioeconômico e cultural, estabelecimento de mecanismos e instrumentos legais e operacionais que assegurem aos portadores de necessidades especiais o exercício de seus direitos básicos que, decorrentes da Constituição e das Leis, propiciam o seu bem estar pessoal, social e econômico visando o respeito às pessoas com necessidades especiais que devem receber igualdade de oportunidade na sociedade, por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados, sem privilégios ou paternalismos.

Em 2001 surge a Resolução CNE/CEB 2, que divulga a criminalização da recusa em matricular crianças com deficiência. Esta resolução apresenta

um avanço na perspectiva da universalização do ensino e um marco da atenção à diversidade, na educação brasileira, quando ratifica a obrigatoriedade da matrícula de todos os alunos, sendo assim não é o aluno que tem que se adaptar à escola, de tal forma a escola colocar-se à disposição do aluno, sendo assim cresce o número de matrículas de pessoas com necessidades especiais no ensino regular. Nesse mesmo ano o Brasil promulga a Convenção de Guatemala, que define como discriminação, com base na deficiência, o que impede o exercício dos direitos humanos.

Em 2002 surge a Resolução CNE/CP 1, tal resolução está voltada para a formação dos professores para atender os alunos com necessidades especiais definindo que as universidades deverão formar educadores preparados para lidar com as peculiaridades em sala de aula. A Lei nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão. Surge a Portaria 2.78 que aprova as normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Braille em todas as modalidades de Educação.

Em 2003 o MEC cria o Programa de Educação Inclusiva: Direito a Diversidade, que forma professores para atuar na disseminação da Educação Inclusiva.

Em 2004 o Ministério Público Federal reafirma o direito a escolarização de alunos com e sem deficiência no ensino regular.

Em 2006 a Convenção aprovada pela Organização das Nações Unidas estabelece que as pessoas com deficiência tenham acesso ao ensino inclusivo.

Em 2008 a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva define: todos devem estudar na escola comum. Pela primeira vez, o número de crianças com deficiência matriculadas na escola regular ultrapassa o das escolas especiais. O Brasil ratifica a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU, fazendo da norma parte da legislação nacional.

### **3.2 Conceito de Integração x Inclusão**

O mundo conheceu conceitos que mudaram radicalmente a maneira como as pessoas com deficiência devem ser vistas tratadas e inseridas nos sistemas sociais gerais. A integração social surgiu para acabar com a prática da exclusão social que foi submetida às pessoas deficientes por vários séculos.

A integração chegou por volta da década de 40 a 80 e nesses últimos 20 anos estamos vivendo uma fase de transição entre a integração e a inclusão, tais vocábulos se assemelham em seu significado, porém são empregados para expressar diferentes formas de inserção e se fundamentam em posicionamentos teóricos-metodológicos divergentes.

“O processo de integração escolar tem sido entendido de diversas maneiras. O uso do vocábulo ‘integração’ refere-se mais especificamente à inserção de alunos com deficiência nas escolas comuns, mas seu emprego dá-se também para designar alunos agrupados em escolas especiais para pessoas com deficiência, ou mesmo em classes especiais, grupos de lazer ou residências para deficientes. (MANTOAN, 2003, p. 15).”

Quando se fala de integração escolar, está se falando do acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que os alunos se submetem, que perpassa a inserção às salas de aula do ensino regular ao ensino em escolas especiais.

A integração é a intenção de se proporcionar à pessoa com necessidades educativas especiais, a condição para que ela possa freqüentar nos espaços comuns da vida em comunidade.

“A integração escolar é o processo tradicional de adequação do aluno às estruturas física, administrativa, curricular, pedagógica e política da escola. A integração trabalha com o pressuposto de que todos os alunos precisam ser capazes de aprender no nível pré-estabelecido pelo sistema de ensino. No caso de alunos com deficiência (intelectual, auditiva, visual, física ou múltipla), a escola comum condiciona a matrícula a uma certa prontidão que somente as escolas especiais (e, em alguns casos, as classes especiais) conseguiram produzir. (SASSAKI, 2009, p.1).”

O processo de integração em uma estrutura educacional oferece ao aluno a oportunidade de transitar no sistema escolar da classe regular ao

ensino especial, em todos os seus tipos de atendimento: escolas especiais, classes especiais em escolas comuns, ensino itinerante, salas de recursos, classes hospitalares, ensino domiciliar e outros. Tal integração é considerada uma inserção parcial porque o sistema prevê serviços educacionais segregados.

A inclusão é o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder inserir nos seus sistemas gerais todos que estão à margem da sociedade. Como pontua Sasaki (2009, p. 1):

“A inclusão escolar é o processo de adequação da escola para que todos os alunos possam receber uma educação de qualidade, cada um a partir da realidade com que chega à escola, independentemente de raça, etnia, gênero, situação socioeconômica, deficiências, etc. É a escola que deve ser capaz de acolher todo tipo de aluno e de lhe oferecer uma educação de qualidade, ou seja, respostas educativas compatíveis com as suas habilidades, necessidades e expectativas.”

Entende-se por inclusão uma reforma radical nas escolas em termos de currículo e avaliação. Ela é baseada em um sistema de valores, que faz com que todos se sintam bem num espaço diversificado.

As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. A inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

A diversidade humana está sendo cada vez mais desvelada e destacada e é condição imprescindível para se entender como aprendemos e como compreendemos o mundo e a nós mesmos.

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, fundada na defesa do direito de todos os alunos estarem aprendendo e participando juntos, sem nenhum tipo de discriminação. A Declaração de Salamanca (1994, p. 1) proclama que:

“As escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias e que os

alunos com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, tendo como princípio orientador que as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras.”

Partindo dessa concepção percebe-se que a inclusão é um processo muito complexo, pois incluir vai além do ato de inserir, de trazer a criança para a escola, significa envolver, compreender, participar e aprender.

Diante dessas novidades, a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor anulando e marginalizando as diferenças nos processos pelos quais forma e instrui os alunos. É preciso compreender que aprender implica na capacidade de se expressar, dos mais variados modos, que cada um aprende no seu ritmo e que tal conhecimento acontece a partir de nossas origens, de nossos valores e sentimentos.

Para de fato alcançarmos uma escola inclusiva teria que se realizarem mudanças muito radicais no sistema educacional, a partir disso teríamos que refletir no que a inclusão de fato exige que é uma mudança de paradigma educacional.

“Conforma pensavam os gregos, os paradigmas podem ser definidos como modelos, exemplos abstratos que se materializam de modo perfeito no mundo concreto. Podem também ser entendidos, segundo uma concepção moderna, como um conjunto de regras, normas, crenças, valores, princípios que são partilhados por um grupo em um dado momento histórico e que norteiam o nosso comportamento, até entrarem em crise, porque não nos satisfazem mais, não dão mais conta dos problemas que temos de solucionar. (MANTOAN, 2003, p. 11).”

Diante do exposto, não se pode dizer que o nosso sistema educacional é inclusivo, para que isso de fato aconteça as escolas precisam passar por uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, evoluindo para uma instituição preparada e disposta a buscar outras alternativas, outras formas de interpretação e de conhecimento, expandindo sua ação formadora por todos os que dela participam. A inclusão implica uma mudança desse atual paradigma educacional, para alcançarmos a educação escolar que estamos redeterminando.



### 3.3 ESCOLAS INCLUSIVAS

A inclusão de alunos com necessidades nas escolas comuns tem ganhado grande força como forma de garantir a essas pessoas sua inserção de forma ativa na sociedade. As escolas inclusivas precisam estar atentas aos alunos de forma totalitária, sendo capazes de identificar suas necessidades, para enfim, supri-las, objetivando o pleno desenvolvimento dos alunos.

No processo de inclusão, as crianças com necessidades especiais precisam ser vistas na dimensão humana, como pessoas que possuem possibilidades e desafios a vencer. A Declaração de Salamanca (1994, p. 4) pontua que:

“Educação Especial incorpora os mais do que comprovados princípios de uma forte pedagogia da qual todas as crianças possam se beneficiar. Ela assume que as diferenças humanas são normais e que, em consonância a aprendizagem deve ser adaptada às necessidades da criança, ao invés de se adaptar as crianças às assunções pré-concebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem.”

Sendo assim não se pode esquecer que o conhecimento é construído pelo indivíduo, e a aprendizagem é um processo que requer tempo e tempo diversificado, determinado pela qualidade de interação, do nível de participação, das oportunidades de vivenciar experiências, construir significados, elaborar e partilhar conhecimentos coletivamente.

Institucionalizar de fato e verdadeiramente a Escola Inclusiva é um desafio, um processo árduo, pois envolvem mudanças reais de concepção de sociedade, de homem e de educação, tais mudanças irão fazer com que as escolas aprendam a acolher e a lidar com as diferenças que são inúmeras, adaptando aos diferentes ritmos de aprendizagem das crianças, assegurando a todos um ensino de qualidade. Como pontua Sasaki (s/a, p. 65):

“Pelo modelo social de deficiência, ficou claro que a sociedade, com suas barreiras arquitetônicas, programáticas e atitudinais, impedem inadvertida ou deliberadamente a participação plena das pessoas portadoras de deficiência em seus ambientes físicos e sociais, exceto quando estas pessoas demonstram estar em condições de conviver de acordo com os (hoje questionáveis)

padrões de normalidade, e de poder dar a sua contribuição a sociedade.”

Escolas são construídas para promover educação para todos, portanto, todos os indivíduos têm o direito à participação ativa como membro da sociedade. A inclusão escolar é um processo que requer grandes reflexões por parte da escola e da comunidade, que vise mudanças externas e internas.

Ao falar de mudanças externas estamos falando da eliminação de barreiras arquitetônicas, preparação e competência profissional dos educadores, material didático específico, adaptações dos equipamentos escolares, adequações curriculares e apoio especializado aos alunos, aos professores e a família. A reforma das instituições sociais não constitui somente mudanças técnicas, mas depende acima de tudo sensibilidade, convicções, compromisso e boa vontade de todos que trabalham com essas crianças, é preciso acima de tudo que os profissionais eliminem barreiras internas, como o preconceito, o sentimento de piedade, tudo isso que pode vir a promover o fracasso escolar.

Sendo assim uma escola só será inclusiva, a partir do momento em que ela estiver organizada para atender as peculiaridades de cada aluno, independentemente de etnias, idade, sexo, deficiência, condição social ou qualquer outra situação, oferecendo a todos um ensino significativo. Afirma Carvalho (2006, p. 45):

“As escolas integradoras poderão favorecer na comunidade escolar, mudanças de atitudes de discriminação e de exclusão de tantos e tantos alunos, tido como ‘problemas’, substituindo-as por movimentos de aceitação das diferenças e de reciprocidade no relacionamento, em vez de piedade ou de tolerância.”

A escola para a maioria das crianças é o único espaço de conhecimentos sistematizados, e por esse motivo a escola precisa ser capaz de formar gerações mais preparadas para viver a vida livremente, oportunizando a socialização que vai ajudar na derrubada de preconceitos, reconhecendo que a valorização da diversidade é um elemento enriquecedor no processo ensino aprendizagem e no desenvolvimento humano.

Uma escola inclusiva não faz distinção entre os seres humanos, não seleciona ou diferencia os seres como perfeitos ou imperfeitos. É aquela que proporciona uma educação voltada para todos, de forma que todos os alunos independentemente de sua condição física ou mental, oportunizando-os condições de conhecer, aprender, viver e ser, num ambiente livre de preconceitos, que estimule suas potencialidades e a consciência crítica. A inclusão não pode significar adequação, buscando adaptar os alunos numa maioria considerada “privilegiada”, mas uma conduta que possibilite o fazer parte, a sociedade precisa aprender a conviver e a respeitar as diferenças e não tentar anulá-las.

Essas barreiras atitudinais, fortemente firmadas no conceito de limitações e incapacidade, que infelizmente acontecem dentro das escolas, das salas de aulas e da sociedade, esse é sem dúvida o grande desafio que a educação inclusiva se propõe a romper. É importante ressaltar que:

“Consideradas e respeitadas as diferenças individuais, seria um equivoco prescrever apenas um método de ensino, aplicável a todos os alunos. Ao contrário, a idéia é diversificar, ao Maximo, a intervenção pedagógica, ajustando-a as características e necessidade de cada um e segundo a natureza do que está ensinando. (CARVALHO, 2006, p. 81)”

A inclusão está fundada na dimensão humana que procura enfatizar formas de interação positivas, possibilidades, apoio às dificuldades dessas pessoas, tendo como ponto de partida a escuta dos alunos, pais e comunidade escolar, é importante buscarem compreender quais seriam as reais dificuldades que os alunos com necessidades especiais encontram nas classes comuns, como ressalta Mantoan (s/a, p. 63):

“A primeira condição para estar no caminho de uma educação aberta as diferenças e de qualidade é estimular as escolas para que elaborem com autonomia e de forma participativa o seu projeto político-pedagógico, diagnosticando a demanda, ou seja, verificando a quantidade de alunos, onde estão na escola e por que alguns estão fora dela.”

A escola deve refletir sobre sua prática, questionar seu projeto pedagógico e verificar se ele está de fato voltado para a diversidade. São

necessárias políticas públicas que tenha como objetivo a modificação do sistema, a organização e estrutura do funcionamento educativo, tendo como eixo central a diversidade no processo de aprendizagem na classe comum.

Essas mudanças de concepções baseiam-se na crença de que as mudanças estruturais, organizacionais e metodológicas poderão responder as necessidades educativas e beneficiar todas as crianças, independentemente de apresentarem qualquer tipo de necessidades especiais. É de suma importância mapear de forma quantitativa os alunos com necessidades especiais, para evitar que o direito à educação deles seja violado.

Entendendo assim que a Escola Inclusiva possibilita a reformulação dos sistemas de ensino como um todo e assim a construção de uma nova prática pedagógica, buscando compreender e reconhecer as diferenças e a promoção da aprendizagem atendendo às necessidades de cada aluno, a superação do segregacionismo e do preconceito, o resgate da competência e da confiança do professor em vencer desafios, e finalmente a conquista da cidadania por meio da escolarização.

### **3.4 ESPECIFICIDADES DO ATENDIMENTO AO ALUNO SURDO**

Convivemos com altos e inaceitáveis índices de desigualdades sociais. Para qualquer dos excluídos, vários são os efeitos da exclusão, os traumas ficam para sempre na vida e na mente dessas pessoas. A exclusão também possui e produz efeitos econômicos, políticos e culturais.

Um mundo inclusivo é um mundo no qual todos têm acesso às oportunidades de ser e estar na sociedade de forma participativa, onde a relação entre o acesso e as oportunidades e as características individuais são marcados por interesses econômicos, ou pela caridade pública.

(CARVALHO, 2000, P.161)

As escolas inclusivas são escolas para todos, o que envolve um sistema educacional que reconheça e se disponha a atender as diferenças individuais, respeitando as necessidades de cada educando. Não basta só incluir o aluno com necessidades especiais na escola regular de ensino, tem

que lhes proporcionar ajuda e apoio. Não se trata de incluir fisicamente apenas, o que se pretende é criar condições de inclusão de todos os educandos na aprendizagem, favorecendo a integração interpessoal entre os alunos com necessidades especiais e os ditos “normais”, para aprimorar a qualidade das respostas educativas da escola para todos.

Inúmeros e complexos são os desafios encontrados pelas pessoas com necessidades educacionais especiais auditivas, para ingressar e permanecer em escolas regulares de ensino como aprendizes de sucesso. As pessoas com surdez enfrentam entraves para participar da educação escolar, decorrentes da perda da audição e da forma como se estruturam as propostas educacionais das escolas. (DAMAZIO, 2007,P.13)

As instituições têm que se adequar às necessidades dos educandos surdos, buscando recursos materiais adequados e profissionais especializados, para garantir a essas crianças o acesso e a permanência na escola.

Entenda-se aqui que assim como o acesso não está limitado ao espaço físico dos estabelecimentos de ensino, também a permanência não deve se restringir a participação por meio único da cópia pelo aluno daquilo que o professor escreve no quadro. É necessário que os profissionais da educação busquem alternativas, possibilitando a participação e aprendizagem do necessitado auditivo nas salas de aula tanto da rede regular como nas salas de atendimento especializado.

Os alunos com necessidades auditivas necessitam de ambientes educacionais estimuladores que desafiem o pensamento, que explorem suas capacidades em todos os sentidos.

Dentre as abordagens comunicativas apontadas até hoje para a comunicação entre surdos e ouvintes, percebe-se que o bilingüismo é a mais eficaz, sendo interessante que as escolas a adotem para que o aluno possa utilizar as duas línguas do cotidiano tanto no ambiente escolar como em sua vida social. A educação bilíngüe possibilita ao aluno surdo a atuação e interação no meio sociocultural, nas comunidades surdas e ouvintes, garantindo-lhe o direito de ser instruída em sua língua materna além do acesso a língua majoritária de seu país, na modalidade escrita.

As escolas não são dissociadas, não são duas escolas, dois tipos de educação. A educação especial é a extensão da mesma educação garantida na Constituição Federal (art. 205, 1988),

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Como é possível perceber, a constituição não faz acepção de assegurados, todos detêm os mesmos direitos e o que diferencia o atendimento dos portadores de necessidades especiais nas redes regulares de ensino consiste apenas na excelência dos profissionais que os recebem, nas metodologias utilizadas, nos recursos empregados em benefício do seu desenvolvimento social e cultural. Neste contexto, destacam-se os recursos tecnológicos, elementos imprescindíveis para facilitar o processo ensino-aprendizagem dos educandos, respeitando as suas especificidades.

É indispensável que a criança tenha acesso aos recursos tecnológicos especializados para a educação de surdos: próteses auditivas, os treinamentos da fala e equipamentos não especializados apropriadamente adaptados para o processo ensino-aprendizagem, como é o caso dos computadores, ferramentas eficientes para apoiar e desenvolver a comunicação desses alunos (MEC, 2000, p.26).

A assimilação eficaz dos conhecimentos oferecidos pela escola está intimamente relacionada ao desenvolvimento da linguagem do aprendiz, nesse sentido torna-se fundamental estudar o domínio da língua materna para os alunos oriundos das comunidades surdas e mesmo para aqueles que nunca freqüentaram tais comunidades. A língua materna do surdo no Brasil é a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, reconhecida legalmente por meio da Lei nº 10.436/02, que determinou a inclusão desse conteúdo curricular em todos os cursos de formação de professores, visando o preparo desse profissional para atender adequadamente os alunos surdos, além de assegurar a educação bilíngüe prevista no decreto nº5.62605, que regulamenta a Lei de LIBRAS.

### **3.5 LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS**

A língua brasileira de sinais foi desenvolvida a partir da língua de sinais francesa. As línguas de sinais não são universais, portanto cada país possui a sua.

A LIBRAS possui estrutura gramatical própria, os sinais são formados por meio da combinação de formas e de movimentos das mãos e dos pontos de referência no corpo ou no espaço. Segundo a legislação vigente, a LIBRAS constitui um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil, na qual há uma forma de comunicação e expressão de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria.

A língua brasileira de sinais (LIBRAS) é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão entre as comunidades de pessoas surdas no Brasil, pela lei nº 10.436 de 24 de Abril de 2002. Ganhou status porque surgiu naturalmente, assim como a língua portuguesa e atualmente é de grande importância na comunicação em todo o território brasileiro.

LIBRAS pode ser definida como uma língua natural, usada ainda pela minoria dos surdos do Brasil, pois nem todos os surdos já tiveram contato com esta forma de comunicação e alguns, até desconhecem que ela exista. É uma língua visual e gestual, diferentes de todos os idiomas já conhecidos que são orais e auditivos. É também uma língua pronunciada pelo corpo e percebida pela visão e sua aprendizagem requer atenção e memória visual, expressão facial, corporal e agilidade manual.

É importante considerar que a primeira língua do surdo será sempre a LIBRAS, denominada L1, e o Português será a segunda língua, denominada L2. Para que o aluno com surdez tenha um bom aproveitamento na escola é indispensável o ensino da LIBRAS para que o mesmo possa se comunicar e que os professores dominem também essa língua, para que possam de fato oferecer o atendimento adequado a esses alunos.

### **3.6 RELATO DE EXPERIÊNCIA**

A investigação apresentada neste trabalho foi desenvolvida com base no estudo de caso, através da observação da prática de uma professora de sala de aula inclusiva, onde a mesma atende além de outras necessidades especiais, alunos com surdez. Foi realizada também análise de conversas informais com o aluno surdo atendido por essa professora.

Em contato com a docente, percebe-se que há uma preocupação com o aperfeiçoamento profissional e com a adequação das metodologias aplicadas no trabalho com os alunos com necessidades educativas especiais, tanto por parte da professora como por parte da escola.

O atendimento educacional especializado na escola não tem acontecido ainda como deveria ser, pois a escola tem solicitado para a Secretaria de Educação do Estado a ajuda de um intérprete itinerante e não obtiveram resposta até o momento. Foi relatado que no que se refere ao processo de aprendizagem, os alunos dentro de seus limites estão obtendo progressos, e no que se referem à socialização os resultados são ainda mais satisfatórios.

Através de seu relato de prática, a professora afirma que a escola sempre atendeu alunos com diferentes necessidades especiais, porém em sua turma, este ano foi a primeira vez que teve a oportunidade de trabalhar diretamente com um aluno surdo.



Como acontece com todo o sistema educacional, o atendimento especializado nas turmas regulares de ensino tem gerado angustias e inquietações. É perceptível pelo relato da professora, quando a mesma conta sua constante busca por soluções para a problemática enfrentada no dia a dia de sua sala de aula. Segundo ela, participar de um curso de LIBRAS promovido pela Secretaria Estadual de Ensino possibilitou-lhe um entrosamento maior com o aluno surdo e a partir do seu conhecimento da forma adequada de se comunicar com ele, tem desenvolvido cada vez melhor sua prática profissional.

Uma das barreiras ainda enfrentadas pela escola é a falta de materiais adaptados para o atendimento pedagógico adequado desses alunos, porém com um bom diagnóstico de suas necessidades específicas fica mais fácil preparar as aulas e organizar o planejamento inclusivo.

Após a capacitação da professora, o aluno tem se apresentado mais feliz em sua relação com a escola, interagindo com os colegas inclusive no horário do intervalo, onde constantemente ficava isolado das brincadeiras. As atividades direcionadas ao atendimento especializado também contribuem para que os colegas de classe tenham um novo olhar para o aluno surdo e que busquem com mais frequência incluí-lo na dinâmica da sala de aula.

Apesar de todas as dificuldades encontradas no início do trabalho com o aluno surdo, a professora afirma que atualmente todos na escola comemoram a superação apresentada pelo aluno e pelos profissionais que lidam com ele. É prática constante na E. E. Nossa Senhora de Fátima, aplicação de avaliações diagnósticas em cada etapa de aprendizagem desenvolvida pelos alunos, o que reafirma o compromisso de seus funcionários com a evolução de todos os alunos e não somente dos portadores de necessidades educacionais especiais.

As avaliações são feitas através de diversos instrumentos, o que possibilita avaliar o crescimento do aluno como um todo e não somente dos conteúdos transmitidos pela escola.

É possível constatar através de diálogos informais com o aluno que sua motivação para a escola ampliou bastante após a capacitação citada pela professora, através do curso de LIBRAS. É importante ressaltar que

todas as informações coletadas através da fala do aluno foram abstraídas de conversas informais, considerando sua faixa etária e a complexidade da comunicação estabelecida com o mesmo, uma vez que ainda não domina a língua de sinais fluentemente.

O aluno não possui problemas de interação com os colegas ou professores. Quando não conhece os sinais necessários à sua comunicação, utiliza-se de gestos e pantomimas para facilitar a compreensão da mensagem que deseja transmitir. Observa-se que o mesmo gosta do ambiente escolar e não se sente excluído em função de sua deficiência.

É possível depreender de sua fala como se sentia na escola regular antes de ser envolvido em atividades que consideram sua necessidade específica. Para esse aluno, agora os colegas “gostam” de brincar com ele, sentar perto para fazer atividades em grupo e a professora sempre o auxilia.

Entender a visão do aluno acerca da educação inclusiva facilita a compreensão de como se processam as informações na sua maneira particular de lidar com o mundo.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

A educação é o mais poderoso instrumento de construção de uma sociedade solidária e comprometida com um futuro promissor e para isso, torna-se necessário que sejam sugeridas e desenvolvidas novas formas de ensinar e de envolver o aluno transformando-o em um ser presente e atuante da escola.

A discussão desse tema se faz necessário devido a grande evidência na sociedade atualmente, sendo que existem muitas divergências entre a teoria a prática, partindo desse pressuposto ainda é necessário refletir sobre esse assunto, sendo que essa discussão irá contribuir socialmente, pois pretende-se mostrar o quanto a inclusão é necessária e importante para a derrubada de barreiras que geram tantas desigualdades e preconceitos.

Estudos sistematizados sobre este tema poderão auxiliar educadores, coordenadores e familiares a ampliarem seus conhecimentos sobre o que pode favorecer o processo de participação escolar e social da criança com necessidades especiais.

Levando em conta os aspectos acima mencionados, a perspectiva de se formar uma nova geração dentro de um projeto educacional inclusivo é fruto do exercício diário da cooperação de todos, do reconhecimento e da valorização das diferenças.

Com relação aos alunos surdos é importante que a escola não se esqueça que o surdo pertence a um mundo próprio com aspectos culturais diferentes, mas que fazem ao mesmo tempo parte de uma sociedade que é um todo e, majoritariamente de ouvintes. Compreender as particularidades do mundo dos surdos, suas necessidades, sua maneira de apropriar-se do conhecimento e de relacionar-se com ele, tornam-se saberes inerentes ao profissional da educação.

O respeito às diferenças vai além do respeito as leis e é importante para a construção de uma sociedade mais humana, na qual o somatório das diferenças resulte a construção de um ser menos preconceituoso.

Com a pesquisa de campo ficou notório que a inclusão está acontecendo lentamente. A inclusão deve ser vista como um direito e mais

que isso, uma oportunidade de evolução humana.

Não se pode esquecer que para que tais ideais aconteçam o sistema educacional precisa ser mais verdadeiro com suas intenções, sendo que as leis que fundamenta a educação inclusiva são bastante eficazes, mas tais leis precisam ser postas em prática.

O trabalho de campo permitiu ter uma visão mais realista, sendo que os professores ao receberem alunos especiais, ficam angustiados, sem saber que ações devem ser postas em práticas, sendo que a formação continuada com foco na inclusão tem acontecido a passos lentos, o que só tende a deixar os professores cada vez mais perdidos e frustrados. Por outro lado percebe-se que já há profissionais no mercado que não apenas projetam suas expectativas na formação continuada a ser oferecida pelo estado, mas abeberam-se da sensibilidade humana, da sua capacidade de ser um professor aprendiz, um pesquisador, um profissional capaz de aprender a aprender, e com a ajuda da escola, dos alunos e da comunidade, confeccionam materiais que facilitam o processo de ensino aprendizagem, e através da cooperação, da troca de experiências entre as escolas e seus profissionais, fazem acontecer uma forma de formação continuada. São atitudes como essas que esperamos das escolas, que elas sejam capazes de romper barreiras atitudinais e paradigmas educacionais, que realmente tenha respeito pelo ser humano, que independente de sua condição física, social, cognitiva, ela dentro de seus limites tenha a capacidade de aprender e a capacidade de ensinar.

De tal forma os objetivos desse trabalho foram alcançados na medida em que se percebe que as escolas apesar de ainda não estarem totalmente preparadas para incluir, principalmente no que se refere ao processo ensino-aprendizagem, tem buscado apoio para solução das principais dificuldades, materiais adaptados que facilitam o desenvolvimento desses alunos.

Ao analisar o relato de experiência da professora que participou da pesquisa, constata-se que muito ainda há por fazer para que ocorra verdadeiramente a inclusão nas redes regulares de ensino, não somente dos alunos surdos, mas de todos os alunos que apresentam necessidades especiais.

A partir do momento que ocorrer um envolvimento de todos na reflexão sobre a escola, sobre a comunidade e sobre os objetivos a serem alcançados por meio da ação educacional, a escola passa a ser sentida como ela realmente é: de todos para todos, considerando que em cada escola existem pessoas com potencialidades, habilidades e necessidades diferentes.

Portanto a escola deve valorizar o que ela tem de melhor, que é a diversidade humana.

## 5. REFERÊNCIAS:

BRASIL, Ministério da Educação. **Decreto nº 6.571 de 17 de setembro de 2008**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990**. Brasília: MEC, 1990.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: MEC, 1996.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem**. Porto Alegre: MEDIAÇÃO, 2006.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão Escolar O quê? Por quê? Como fazer?** São Paulo: MODERNA, 2003.

MANTOAN. Maria Tereza Eglér. **Abrindo as Escolas às diferenças**. In: Consultoria Técnica Educacional/Inclusão e Educação Especial. Ibiracatu: CTE, s/a.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Artigo 24 – Educação**. Disponível em [www.bengalalegal.com/educacao.php](http://www.bengalalegal.com/educacao.php). Acesso em 30/09/2009.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão o Paradigma da próxima década**. In: Consultoria Técnica Educacional/Inclusão e Educação Especial. Ibiracatu: CTE, s/a.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

## 6. ANEXO:

O presente documento caracteriza-se por um simples relato de experiência de uma professora do 4º ano Ensino fundamental onde se pretende colocar alguns elementos que emergem do trabalho pedagógico desta profissional diante do processo de inclusão do aluno surdo que frequenta uma escola estadual de JANUÁRIA-MG

\*Protagonistas:

\*\*Professora: K.A.L.V.

Graduação: Normal Superior pela UNIMONTES

Regente do 4º ano ensino fundamental

E.E.N.S.F.

\*\*Aluno: S.

Idade: 9 anos

Ano de escolaridade: 4º - ensino fundamental

NEE: Surdez profunda

Características: amoroso, brincalhão, comunicativo, solidário, colaborador, espertíssimo.

\*\*Alunos de 4º ano ensino fundamental

Atuamos como profissional da educação há aproximadamente quatorze anos nessa escola, onde desde o início tivemos o privilégio de conviver com alunos com necessidades especiais, (surdez, síndrome de dawn, paralisia cerebral dentre outras), uma vez que na escola funcionavam salas separadas destinadas a estes alunos.

Apesar da convivência na escola e da inclusão gradativa dos mesmos em salas regulares é a primeira vez que temos a oportunidade de trabalhar com um aluno surdo.

Sempre tivemos uma admiração muito grande pelo trabalho desenvolvido pelas colegas com os alunos surdos, mas tínhamos medo e timidez diante do surdo e da sua língua estranha e desconhecida.

Deparamos com um aluno surdo em nossa sala no início do ano corrente, não sabíamos trabalhar com surdos, não conhecíamos LIBRAS, o que fazer? Aceitar ou rejeitar?

Partimos em busca de estudo, leitura, capacitação e confirmamos que nunca é tarde demais para aprender.

Temos nos esforçado para aprender, estudando, lendo, mas principalmente aprendendo LIBRAS com os alunos surdos que são nossos melhores professores.

Participamos do primeiro curso de LIBRAS oferecido pelo CAS-MOC/SRE-Januária, o que contribuiu imensamente para nossa prática pedagógica, pois assim que nosso aluno percebeu que conseguíamos fazer alguns sinais, a comunicação foi estabelecida e adquirimos confiança mútua. Passamos o pouco que íamos aprendendo para os demais alunos até para não esquecermos e fomos ajudando uns aos outros. (alfabeto, numerais, dias da semana, meses do ano, cumprimentos, nomes de objetos, de frutas, dependências da escola, nome dos meios de transporte, de comunicação dentre outros).

Precisávamos saber realmente o que o nosso aluno surdo sabia nos conteúdos de matemática e português, elaboramos então, uma avaliação diagnóstica dos dois conteúdos e aplicamos para ele. Verificamos que o aluno é letrado, mas não é alfabetizado, conhece sinais gráficos, letras do alfabeto em LIBRAS e português e algumas palavras, escreve seu primeiro nome, conhece numerais, sabe operar adições sem reserva e subtrações simples.

O aluno era assistido pela APAE, mas devido à designação de uma professora instrutora de LIBRAS para a escola e ao choque de horário deixou a APAE e acabou também perdendo a professora instrutora que foi para o CAS Januária.